

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto do Presidente da República n.º 58/94

de 22 de Julho

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 138.º, alínea b), da Constituição, o seguinte:

1 — É ratificado o Protocolo de Adesão do Governo da República Helénica ao Acordo entre os Governos dos Estados da União Económica do Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinado em Schengen a 14 de Junho de 1985, tal como alterado pelo Protocolo de Adesão do Governo da República Italiana, assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990, e pelos Protocolos de Adesão dos Governos do Reino da Espanha e da República Portuguesa, assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, concluído em Madrid a 6 de Novembro de 1992.

2 — É ratificado o Acordo de Adesão da República Helénica à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica do Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinada em Schengen a 19 de Junho de 1990, à qual aderiram a República Italiana pelo Acordo assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990 e o Reino da Espanha e a República Portuguesa pelos Acordos assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, concluído em Madrid a 6 de Novembro de 1992, aprovados, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 44/94, em 16 de Dezembro de 1993.

Assinado em 8 de Junho de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 21 de Junho de 1994.

O Primeiro-Ministro, *António Cavaco Silva*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 44/94

Aprova, para ratificação, o Protocolo de Adesão do Governo da República Helénica ao Acordo entre os Governos dos Estados da União Económica do Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, tal como alterado pelo Protocolo de Adesão do Governo da República Italiana e pelos Protocolos de Adesão dos Governos do Reino da Espanha e da República Portuguesa, e o Acordo de Adesão da República Helénica à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen.

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j), e 169.º, n.º 5, da Constituição, aprovar o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado, para ratificação, o Protocolo de Adesão do Governo da República Helénica ao Acordo entre os Governos dos Estados da União Económica do Benelux, da República Federal da Alemanha e da

República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinado em Schengen a 14 de Junho de 1985, tal como alterado pelo Protocolo de Adesão do Governo da República Italiana, assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990, e pelos Protocolos de Adesão dos Governos do Reino da Espanha e da República Portuguesa, assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, concluído em Madrid a 6 de Novembro de 1992, cujo texto na versão autêntica em língua portuguesa segue em anexo à presente resolução.

Art. 2.º É aprovado, para ratificação, o Acordo de Adesão da República Helénica à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica do Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinada em Schengen a 19 de Junho de 1990, à qual aderiram a República Italiana pelo Acordo assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990 e o Reino da Espanha e a República Portuguesa pelos Acordos assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, concluído em Madrid a 6 de Novembro de 1992, cujo texto na versão autêntica em língua portuguesa segue em anexo à presente resolução.

Aprovada em 16 de Dezembro de 1993.

O Presidente da Assembleia da República, *António Moreira Barbosa de Melo*.

PROTOCOLO DE ADESÃO DO GOVERNO DA REPÚBLICA HELÉNICA AO ACORDO ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS DA UNIÃO ECONÓMICA DO BENELUX, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA E DA REPÚBLICA FRANCESA RELATIVO À SUPRESSÃO GRADUAL DOS CONTROLOS NAS FRONTEIRAS COMUNS, ASSINADO EM SCHENGEN A 14 DE JUNHO DE 1985, TAL COMO ALTERADO PELO PROTOCOLO DE ADESÃO DO GOVERNO DA REPÚBLICA ITALIANA, ASSINADO EM PARIS A 27 DE NOVEMBRO DE 1990, E PELOS PROTOCOLOS DE ADESÃO DOS GOVERNOS DO REINO DA ESPANHA E DA REPÚBLICA PORTUGUESA, ASSINADOS EM BONA A 25 DE JUNHO DE 1991.

Os Governos do Reino da Bélgica, da República Federal da Alemanha, da República Francesa, do Grã-Ducado do Luxemburgo, do Reino dos Países Baixos, Partes no Acordo Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinado em Schengen a 14 de Junho de 1985, a seguir denominado «Acordo», bem como o Governo da República Italiana, que aderiu ao Acordo pelo Protocolo assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990, e os Governos do Reino da Espanha e da República Portuguesa, que aderiram ao Acordo pelos Protocolos assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, por um lado, e o Governo da República Helénica, por outro:

Considerando os progressos já realizados no seio das Comunidades Europeias tendo em vista assegurar a livre circulação das pessoas, das mercadorias e dos serviços;

Tomando nota de que o Governo da República Helénica partilha da vontade de alcançar a supressão dos controlos nas fronteiras internas, no

que diz respeito à circulação das pessoas, e de facilitar o transporte e a circulação das mercadorias e dos serviços;

acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

Pelo presente Protocolo, a República Helénica adere ao Acordo, tal como alterado pelo Protocolo de Adesão do Governo da República Italiana, assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990, e pelos Protocolos de Adesão dos Governos do Reino da Espanha e da República Portuguesa, assinados em Bona a 25 de Junho de 1991.

Artigo 2.º

No artigo 1.º do Acordo, as palavras «a República Helénica» são acrescentadas depois de «República Federal da Alemanha».

Artigo 3.º

No artigo 8.º do Acordo, as palavras «e da República Helénica» são acrescentadas depois de «da República Federal da Alemanha».

Artigo 4.º

1 — O presente Protocolo é assinado sem reserva de ratificação ou aprovação ou sob reserva de ratificação ou aprovação.

2 — O presente Protocolo aplicar-se-á a título provisório a partir do dia seguinte ao da sua assinatura no que diz respeito ao Reino da Bélgica, à República Federal da Alemanha, à República Helénica, ao Reino da Espanha, à República Francesa, à República Italiana, ao Grão-Ducado do Luxemburgo e ao Reino dos Países Baixos. Entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à data em que os Estados para os quais o Acordo tenha entrado em vigor e a República Helénica tenham manifestado o seu consentimento em ficarem vinculados pelo presente Protocolo.

No que diz respeito aos restantes Estados, o presente Protocolo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte à data em que cada um destes Estados tenha manifestado o seu consentimento em ficar vinculado, desde que o presente Protocolo tenha entrado em vigor, em conformidade com o disposto no parágrafo anterior.

3 — O Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo é depositário do presente Protocolo e dele remeterá uma cópia autenticada a cada um dos outros Governos signatários. Notificá-los-á igualmente da data da sua entrada em vigor.

Artigo 5.º

O Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo remeterá ao Governo da República Helénica uma cópia autenticada do Acordo em língua alemã, espanhola, francesa, italiana, neerlandesa e portuguesa.

O texto do Acordo, redigido em língua grega, vem em anexo ao presente Protocolo e faz fé nas mesmas condições que os textos do Acordo redigidos em língua alemã, espanhola, francesa, italiana, neerlandesa e portuguesa.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, apuseram as suas assinaturas no final do presente Protocolo.

Feito em Madrid, a 6 de Novembro de 1992, em língua alemã, espanhola, francesa, grega, italiana, neerlandesa e portuguesa, fazendo fé qualquer dos sete textos.

Pelo Governo do Reino da Bélgica:

Pelo Governo da República Federal da Alemanha:

Pelo Governo da República Helénica:

Pelo Governo do Reino da Espanha:

Pelo Governo da República Francesa:

Pelo Governo da República Italiana:

Pelo Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo:

Pelo Governo do Reino dos Países Baixos:

Pelo Governo da República Portuguesa:

ΠΡΩΤΟΚΟΛΛΟ ΠΡΟΣΧΩΡΗΣΕΩΣ

της Κυβερνήσεως της Ελληνικής Δημοκρατίας
στην Συμφωνία
μεταξύ των Κυβερνήσεων των κρατών της Οικονομικής Ενώσεως Βελγίου,
της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας και της Γαλλικής Δημοκρατίας
σχετικά

με τη σταδιακή κατάργηση των ελέγχων στα κοινά σύνορα
η οποία υπεγράφη στο Schengen την 14η Ιουνίου 1985, όπως τροποποιήθηκε
από τα Πρωτόκολλα προσχωρήσεως της Κυβερνήσεως της Ιταλικής Δημοκρατίας
το οποίο υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990,
και των Κυβερνήσεων του Βασιλείου της Ισπανίας και της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας
τα οποία υπεγράφησαν στην Βόννη την 25η Ιουνίου 1991

Οι Κυβερνήσεις του Βασιλείου του Βελγίου, της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας, της Γαλλικής Δημοκρατίας, του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου και του Βασιλείου των Κάτω Χωρών, συμβαλλόμενα μέρη της Συμφωνίας σχετικά με την σταδιακή κατάργηση των ελέγχων στα κοινά σύνορα, η οποία υπεγράφη στο Schengen την 14η Ιουνίου 1985, στο εξής καλούμενη "η Συμφωνία", καθώς και η Κυβέρνηση της Ιταλικής Δημοκρατίας, η οποία προσεχώρησε στην Συμφωνία βάσει Πρωτοκόλλου το οποίο υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990 και οι Κυβερνήσεις του Βασιλείου της Ισπανίας και της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας, οι οποίες προσεχώρησαν στην Συμφωνία βάσει των Πρωτοκόλλων τα οποία υπεγράφησαν στην Βόννη την 25η Ιουνίου 1991, αφ' ενός,

και η Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας, αφ' ετέρου,

Έχοντας υπόψη την ήδη πραγματοποιηθείσα πρόοδο στο πλαίσιο των Ευρωπαϊκών Κοινοτήτων για να διασφαλισθεί η ελεύθερη κυκλοφορία προσώπων, εμπορευμάτων και υπηρεσιών, λαμβάνοντας υπόψη ότι η Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας συμμερίζεται την επιθυμία για να προχωρήσει στην κατάργηση των ελέγχων στα εσωτερικά σύνορα για την κυκλοφορία προσώπων και να διευκολύνει την μεταφορά και κυκλοφορία εμπορευμάτων και υπηρεσιών,

Συμφωνούν τα ακόλουθα :

Άρθρο 1

Με το παρόν Πρωτόκολλο η Ελληνική Δημοκρατία προσχωρεί στην Συμφωνία, όπως τροποποιήθηκε με το Πρωτόκολλο προσχωρήσεως της Κυβερνήσεως της Ιταλικής Δημοκρατίας, το οποίο υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990 καθώς και με τα Πρωτόκολλα προσχωρήσεως των Κυβερνήσεων του Βασιλείου της Ισπανίας και της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας, τα οποία υπεγράφησαν στην Βόννη την 25η Ιουνίου 1991.

Άρθρο 2

Στο άρθρο 1 της Συμφωνίας, οι λέξεις "της Ελληνικής Δημοκρατίας" προστίθενται μετά από τις λέξεις "της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας".

Άρθρο 3

Στο άρθρο 8 της Συμφωνίας οι λέξεις "της Ελληνικής Δημοκρατίας" προστίθενται μετά από τις λέξεις "της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας".

Άρθρο 4

1. Το παρόν Πρωτόκολλο υπογράφεται άνευ επιφυλάξεως, κυρώσεως ή εγκρίσεως ή με την επιφύλαξη της κυρώσεως ή της εγκρίσεως.
2. Το παρόν Πρωτόκολλο θα εφαρμοσθεί προσωρινά από την ημέρα που ακολουθεί την υπογραφή του, για το Βασίλειο του Βελγίου, την Ομοσπονδιακή Δημοκρατία της Γερμανίας, την Ελληνική Δημοκρατία, το Βασίλειο της Ισπανίας, την Γαλλική Δημοκρατία, το Μεγάλο Δουκάτο του Λουξεμβούργου και το Βασίλειο των Κάτω Χωρών. Θα αρχίσει να ισχύει την πρώτη ημέρα του δεύτερου μηνός που ακολουθεί την ημερομηνία κατά την οποία τα κράτη για τα οποία η Συμφωνία έχει αρχίσει να ισχύει και η Ελληνική Δημοκρατία θα έχουν εκφράσει την συγκατάθεσή τους να δεσμευτούν από το παρόν Πρωτόκολλο.

Έναντι των άλλων κρατών, το παρόν Πρωτόκολλο θα αρχίσει να ισχύει την πρώτη ημέρα του δεύτερου μηνός μετά την ημερομηνία κατά την οποία καθένα από τα κράτη αυτά θα έχει εκφράσει την συγκατάθεσή του να δεσμευθεί, εφόσον το παρόν Πρωτόκολλο έχει αρχίσει να ισχύει σύμφωνα με το προηγούμενο εδάφιο.

3. Θεματοφύλακας του παρόντος Πρωτοκόλλου ορίζεται η Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου. Διαβιβάζει επικυρωμένο αντίγραφο στην Κυβέρνηση κάθε υπογράφοντος κράτους. Τους γνωστοποιεί επίσης την ημερομηνία έναρξεως ισχύος.

Άρθρο 5

Η Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου διαβιβάζει στην Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας επικυρωμένο αντίγραφο της Συμφωνίας στην γαλλική, γερμανική, ισπανική, παλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα.

Το κείμενο της Συμφωνίας στην ελληνική γλώσσα επισυνάπτεται στο παρόν Πρωτόκολλο και είναι αυθεντικό υπό τις ίδιες προϋποθέσεις με τα κείμενα της Συμφωνίας τα οποία συντάσσονται εξίσου στην γαλλική, γερμανική, ισπανική, παλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα.

Σε πίστωση των ανωτέρω, οι κάτωθι πληρεξούσιοι υπέγραψαν το παρόν Πρωτόκολλο.

Έγινε στη Μαδρίτη, την στην γαλλική, γερμανική, ελληνική, ισπανική, παλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα, και τα επτά κείμενα είναι εξίσου αυθεντικά.

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου του Βελγίου

Για την Κυβέρνηση της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας

Για την Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου της Ισπανίας

Για την Κυβέρνηση της Γαλλικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση της Ιταλικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου των Κάτω Χωρών

Για την Κυβέρνηση της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας

DECLARAÇÃO COMUM RELATIVA ÀS MEDIDAS A CURTO PRAZO PREVISTAS NO TÍTULO I DO ACORDO ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS DA UNIÃO ECONÓMICA DO BENELUX, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA E DA REPÚBLICA FRANCESA RELATIVO À SUPRESSÃO GRADUAL DOS CONTROLOS NAS FRONTEIRAS COMUNS, ASSINADO EM SHENGEN A 14 DE JUNHO DE 1985, TAL COMO ALTERADO PELO PROTOCOLO DE ADESÃO DO GOVERNO DA REPÚBLICA ITALIANA, ASSINADO EM PARIS A 27 DE NOVEMBRO DE 1990, E PELOS PROTOCOLOS DE ADESÃO DOS GOVERNOS DO REINO DA ESPANHA E DA REPÚBLICA PORTUGUESA, ASSINADOS EM BONA A 25 DE JUNHO DE 1991.

No momento da assinatura do Protocolo de Adesão do Governo da República Helénica ao Acordo, assinado em Schengen a 14 de Junho de 1985, Acordo ao qual aderiram o Governo da República Italiana pelo Protocolo assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990 e os Governos do Reino da Espanha e da República Portuguesa pelos Protocolos assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, as Partes Contratantes declaram que as medidas a curto prazo, previstas no título I do referido Acordo, aplicar-se-ão entre os Governos vinculados pelo mencionado Acordo e o

Governo da República Helénica nas mesmas condições e de acordo com as mesmas modalidades que entre os Governos vinculados pelo referido Acordo.

Κοινή δήλωση σχετικά με τα βραχυπρόθεσμα μέτρα, τα οποία προβλέπονται στον τίτλο I της Συμφωνίας μεταξύ των Κυβερνήσεων των κρατών της Οικονομικής Ενώσεως Βελγίου, της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας και της Γαλλικής Δημοκρατίας, σχετικά με την σταδιακή κατάργηση των ελέγχων στα κοινά σύνορα, η οποία υπεγράφη στο Schengen την 14η Ιουνίου 1985 όπως τροποποιήθηκε από το Πρωτόκολλο προσχωρήσεως της Κυβερνήσεως της Ιταλικής Δημοκρατίας, το οποίο υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990 και από τα Πρωτόκολλα προσχωρήσεως των Κυβερνήσεων του Βασιλείου της Ισπανίας και της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας, τα οποία υπεγράφησαν στην Βόνη την 25η Ιουνίου 1991

Κατά την υπογραφή του Πρωτοκόλλου προσχωρήσεως της Κυβερνήσεως της Ελληνικής Δημοκρατίας στην Συμφωνία, η οποία υπεγράφη στο Schengen την 14η Ιουνίου 1985, Συμφωνία στην οποία προσχώρησε η Κυβέρνηση της Ιταλικής Δημοκρατίας με Πρωτόκολλο, το οποίο υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990 καθώς και οι Κυβερνήσεις του Βασιλείου της Ισπανίας και της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας με Πρωτόκολλα τα οποία υπεγράφησαν στη Βόνη την 25η Ιουνίου 1991, τα συμβαλλόμενα μέρη διευκρινίζουν ότι τα βραχυπρόθεσμα μέτρα τα οποία προβλέπονται στον τίτλο I της εν λόγω Συμφωνίας θα εφαρμοσθούν μεταξύ των Κυβερνήσεων που δεσμεύονται από τη Συμφωνία αυτή και της Κυβερνήσεως της Ελληνικής Δημοκρατίας, σύμφωνα με τους ίδιους όρους και προϋποθέσεις, όπως μεταξύ των Κυβερνήσεων που δεσμεύονται από την Συμφωνία αυτή.

ACORDO DE ADESÃO DA REPÚBLICA HELÉNICA À CONVENÇÃO DE APLICAÇÃO DO ACORDO DE SCHENGEN DE 14 DE JUNHO DE 1985 ENTRE OS GOVERNOS DOS ESTADOS DA UNIÃO ECONÓMICA DO BENELUX, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA E DA REPÚBLICA FRANCESA RELATIVO À SUPRESSÃO GRADUAL DOS CONTROLOS NAS FRONTEIRAS COMUNS, ASSINADA EM SCHENGEN A 19 DE JUNHO DE 1990, À QUAL ADERIRAM A REPÚBLICA ITALIANA PELO ACORDO ASSINADO EM PARIS A 27 DE NOVEMBRO DE 1990 E O REINO DA ESPANHA E A REPÚBLICA PORTUGUESA PELOS ACORDOS ASSINADOS EM BONA A 25 DE JUNHO DE 1991.

O Reino da Bélgica, a República Federal da Alemanha, a República Francesa, o Grão-Ducado do Luxemburgo e o Reino dos Países Baixos, Partes na Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica do Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinada em Schengen a 19 de Junho de 1990, a seguir denominada «Convenção de 1990», bem como a República Italiana, que aderiu à referida Convenção pelo Acordo assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990, e o Reino da Espanha e a República Portuguesa, que aderiram à referida Convenção pelos Acordos assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, por um lado, e a República Helénica, por outro:

Tendo em atenção a assinatura, ocorrida em Madrid, a 6 de Novembro de 1992, do Protocolo de Adesão do Governo da República Helénica ao Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica do

Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, tal como alterado pelo Protocolo de Adesão do Governo da República Italiana, assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990, e pelos Protocolos de Adesão dos Governos do Reino da Espanha e da República Portuguesa, assinados em Bona a 25 de Junho de 1991;

Baseando-se no artigo 140.º da Convenção de 1990;

acordaram no seguinte:

Artigo 1.º

Pelo presente Acordo, a República Helénica adere à Convenção de 1990.

Artigo 2.º

1 — Os agentes referidos no artigo 40.º, n.º 4, da Convenção de 1990, são, no que diz respeito à República Helénica, os agentes policiais da Ελληνική Αστυνομία e do Λιμενικῆ Σῶμα, no âmbito das suas respectivas competências, bem como, nos termos fixados nos acordos bilaterais apropriados referidos no artigo 40.º, n.º 6, da Convenção, no que diz respeito às suas atribuições em matéria de tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tráfico de armas e de explosivos e transporte ilícito de resíduos tóxicos e prejudiciais, os agentes aduaneiros.

2 — A autoridade referida no artigo 40.º, n.º 5, da Convenção de 1990, é, no que diz respeito à República Helénica: Διεύθυνση Διεθνούς Αστυνομικής Συνεργασίας του Υπουργείου Δημοσίας Τάξεως.

Artigo 3.º

O Ministério competente referido no artigo 65.º, n.º 2, da Convenção de 1990 é, no que diz respeito à República Helénica, o Ministério da Justiça.

Artigo 4.º

Para efeitos de extradição entre as Partes Contratantes da Convenção de 1990, a República Helénica não aplicará as reservas que formulou aos artigos 7.º, 18.º e 19.º da Convenção Europeia de Extradição de 13 de Dezembro de 1957.

Artigo 5.º

Para efeitos de entreaajuda judiciária em matéria penal entre as Partes Contratantes da Convenção de 1990, a República Helénica não aplicará a reserva que formulou aos artigos 4.º e 11.º da Convenção Europeia de Entreaajuda Judiciária em Matéria Penal de 20 de Abril de 1959.

Artigo 6.º

1 — O presente Acordo será submetido a ratificação, aprovação ou aceitação. Os instrumentos de ratificação, aprovação ou aceitação serão depositados junto do Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo, o qual notificará o depósito a todas as Partes Contratantes.

2 — O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao do depósito dos instrumentos de ratificação, aprovação ou aceitação pelos Estados para os quais a Convenção de 1990 tenha entrado em vigor e pela República Helénica.

Em relação aos restantes Estados, o presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao do depósito dos seus instrumentos de ratificação, aprovação ou aceitação, desde que o presente Acordo tenha entrado em vigor, em conformidade com o disposto no parágrafo anterior.

3 — O Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo notificará a data da entrada em vigor a cada uma das Partes Contratantes.

Artigo 7.º

1 — O Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo remeterá ao Governo da República Helénica uma cópia autenticada da Convenção de 1990 em língua alemã, espanhola, francesa, italiana, neerlandesa e portuguesa.

2 — O texto da Convenção de 1990, redigido em língua grega, vem em anexo ao presente Acordo e faz fé nas mesmas condições que os textos da Convenção de 1990 redigidos em língua alemã, espanhola, francesa, italiana, neerlandesa e portuguesa.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, apuseram as suas assinaturas no final do presente Acordo.

Feito em Madrid, a 6 de Novembro de 1992, em língua alemã, espanhola, francesa, grega, italiana, neerlandesa e portuguesa, fazendo fé qualquer dos sete textos, num único exemplar que será depositado nos arquivos do Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada uma das Partes Contratantes.

Pelo Governo do Reino da Bélgica:

Pelo Governo da República Federal da Alemanha:

Pelo Governo da República Helénica:

Pelo Governo do Reino da Espanha:

Pelo Governo da República Francesa:

Pelo Governo da República Italiana:

Pelo Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo:

Pelo Governo do Reino dos Países Baixos:

Pelo Governo da República Portuguesa:

ΣΥΜΦΩΝΙΑ ΠΡΟΣΧΩΡΗΣΕΩΣ ΤΗΣ ΕΛΛΗΝΙΚΗΣ ΔΗΜΟΚΡΑΤΙΑΣ

στη Σύμβαση εφαρμογής της από 14ης Ιουνίου 1985 Συμφωνίας του Schengen μεταξύ των Κυβερνήσεων των Κρατών της Οικονομικής Ενώσεως Βενελux, της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας και της Γαλλικής Δημοκρατίας σχετικά με τη σταδιακή κατάργηση των ελέγχων στα κοινά σύνορα, η οποία υπεγράφη στο Schengen την 19η Ιουνίου 1990, στην οποία προσεχώρησαν η Ιταλική Δημοκρατία με Συμφωνία, η οποία υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990 και το Βασίλειο της Ισπανίας και η Δημοκρατία της Πορτογαλίας με Συμφωνίες, οι οποίες υπεγράφησαν στη Βόννη την 25η Ιουνίου 1991

Το Βασίλειο του Βελγίου, η Ομοσπονδιακή Δημοκρατία της Γερμανίας, η Γαλλική Δημοκρατία, το Μεγάλο Δουκάτο του Λουξεμβούργου και το Βασίλειο των Κάτω Χωρών, με τη Σύμβαση εφαρμογής της Συμφωνίας του Schengen της 14ης Ιουνίου 1985 μεταξύ των Κυβερνήσεων των Κρατών της Οικονομικής Ενώσεως Βενελux, της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας και της Γαλλικής Δημοκρατίας σχετικά με τη σταδιακή κατάργηση των ελέγχων στα κοινά σύνορα, η οποία υπεγράφη στο Schengen την 19η Ιουνίου 1990, στο ελεύθερο καλούμενη τη Σύμβαση του 1990 καθώς και η Ιταλική Δημοκρατία, η οποία προσχώρησε στην Σύμβαση του 1990 με Συμφωνία η οποία υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990 καθώς και το Βασίλειο της Ισπανίας και η Δημοκρατία της Πορτογαλίας που προσχώρησαν στην Σύμβαση του 1990 με συμφωνίες οι οποίες υπεγράφησαν στη Βόννη την 25η Ιουνίου 1991, αφ' ενός,

και η Ελληνική Δημοκρατία, αφ' ετέρου,

λαμβάνοντας υπόψη την υπογραφή, η οποία έλαβε χώρα στη Μαδρίτη την 6η Νοεμβρίου 1992, του Πρωτοκόλλου προσχώρησης της Κυβερνήσεως της Ελληνικής Δημοκρατίας στη Συμφωνία του Schengen της 14ης Ιουνίου 1985 μεταξύ των Κυβερνήσεων των Κρατών της Οικονομικής Ενώσεως Βενελux, της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας και της Γαλλικής Δημοκρατίας σχετικά με τη σταδιακή κατάργηση των ελέγχων στα κοινά σύνορα, ως τροποποιήθηκε από το Πρωτόκολλο προσχώρησης της Κυβερνήσεως της Ιταλικής Δημοκρατίας, που υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990 και από το Πρωτόκολλο προσχώρησης του Βασιλείου της Ισπανίας και της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας, τα οποία υπεγράφησαν στη Βόννη

όπου υπεγράφησαν και οι Συμφωνίες του 1991,

συμφωνήσαν τα ακόλουθα:

Άρθρο 1

Με την παρούσα Συμφωνία η Ελληνική Δημοκρατία προσχωρεί στη Σύμβαση του 1990

Άρθρο 2

1. Τα όργανα που αναφέρονται στο άρθρο 40 παράγραφος 4 της Συμβάσεως του 1990 είναι, όσον αφορά την Ελληνική Δημοκρατία, το αστυνομικό προσωπικό της Ελληνικής Αστυνομίας και τα όργανα του Αιμενικού Σώματος, ανάλογα με τις αρμοδιότητές τους, ως επίσης, σύμφωνα με τις προϋποθέσεις που καθορίζονται με συναφείς διμερείς συμφωνίες που αναφέρονται στο άρθρο 40 παράγραφος 6 της Συμβάσεως του 1990, όσον αφορά τα καθήκοντά τους σχετικά με την παρανομή δικαστικών και μη δικαστικών φυσικών, με το εμπόριο όπλων και εκρηκτικών και την παρανομή μεταφορά τρέκλων και βλαβερών αποβλήτων, οι υπάλληλοι οι οποίοι υπάγονται στην Τελωνειακή Υπηρεσία.

2. Η αρχή που αναφέρεται στο άρθρο 40 παράγραφος 5 της Συμβάσεως του 1990 είναι, όσον αφορά την Ελληνική Δημοκρατία, η Διεύθυνση Διεθνούς Αστυνομικής Συνεργασίας του Υπουργείου Δημοσίας Τάξεως.

Άρθρο 3

Το αρμόδιο υπουργείο που αναφέρεται στο άρθρο 65 παράγραφος 2 της Συμβάσεως του 1990 είναι για την Ελληνική Δημοκρατία, το Υπουργείο Δικαιοσύνης.

Άρθρο 4

Για τις ανάγκες της εκδόσεως μεταξύ των συμβαλλόμενων μερών της Συμβάσεως του 1990, η Ελληνική Δημοκρατία δεν θα εφαρμόσει τις επιφυλάξεις, τις οποίες διέτυπωσε σχετικά με τα άρθρα 7, 18 και 19 της Ευρωπαϊκής Συμβάσεως περί Εκδόσεως της 13ης Δεκεμβρίου 1957.

Άρθρο 5

Για τις ανάγκες της δικαστικής συνδρομής στον ποινικό τομέα μεταξύ των συμβαλλόμενων μερών της Συμβάσεως του 1990, η Ελληνική Δημοκρατία δεν θα εφαρμόσει την επιφύλαξη, την οποία διέτυπωσε σχετικά με τα άρθρα 4 και 11 της Ευρωπαϊκής Συμβάσεως Δικαστικής Συνδρομής στον ποινικό τομέα της 20ης Απριλίου 1959.

Άρθρο 6

1. Η παρούσα Συμφωνία υπόκειται σε κυρωσι, έγκρισή ή αποδοχή. Τα έγγραφα επικυρώσεως, εγκρίσεως ή αποδοχής κατατίθενται στην Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου, η οποία γνωστοποιεί την κατάθεσή σε όλα τα συμβαλλόμενα μέρη.

2. Η παρούσα Συμφωνία αρχίζει να ισχύει την πρώτη ημέρα του δευτέρου μηνός που ακολουεί την καταθεση των εγγραφών επικυρώσεως, εγκρίσεως ή αποδοχής εκ μέρους των κρατών έναν των οποίων η Σύμβαση του 1990 έχει αρχίσει να ισχύει, και της Ελληνικής Δημοκρατίας. Έναντι των άλλων κρατών, η παρούσα Συμφωνία θα αρχίσει να ισχύει την πρώτη ημέρα του δευτέρου μηνός που ακολουεί την κατάθεση των εγγραφών επικυρώσεως, εγκρίσεως ή αποδοχής τους, εφ' όσον η παρούσα συμφωνία έχει αρχίσει να ισχύει κατά τις διατάξεις του προηγούμενου εδαφού.

3. Η Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου γνωστοποιεί την ημερομηνία έναρξως ισχύος σε καθένα από τα συμβαλλόμενα μέρη.

Άρθρο 7

1. Η Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου διαβιβάζει στην Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας ακριβές και επικυρωμένο αντίγραφο της Συμβάσεως του 1990 στη γαλλική, γερμανική, ισπανική, ιταλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα.

2. Το κείμενο της Συμβάσεως του 1990 στην ελληνική γλώσσα προσαρτάται στην παρούσα Συμφωνία και είναι εξίσου αυθεντικό με τα άλλα κείμενα της Συμβάσεως του 1990 στη γαλλική, γερμανική, ισπανική, ιταλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα.

Σε πίστωση των ανωτέρω, οι κάτωθι πληρεξούσιοι δεινώς εξουσιοδοτημένοι προς τούτο, έθεσαν την υπογραφή τους κάτω από την παρούσα Συμφωνία.

Έγινε στη Μπάρνη την 6η Νοεμβρίου 1992, στη γαλλική, γερμανική, ελληνική, ισπανική, ιταλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα, τα εγτά κείμενα όντας εξίσου αυθεντικά, σε ένα πρωτότυπο στο οποίο ίηι κατατίθη, στα αρχεία της Κυβερνήσεως του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου το οποίο θα διαβιβαστεί ακριβές και επικυρωμένο αντίγραφο σε καθε συμβαλλόμενο μέρος.

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου του Βέλγιου

Για την Κυβέρνηση της Δημοκρατίας της Γερμανίας

Για την Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου της Ισπανίας

Για την Κυβέρνηση της Γαλλικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση της Ιταλικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου των Κάτω Χωρών

Για την Κυβέρνηση της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας

ACTA FINAL

I — No momento da assinatura do Acordo de Adesão da República Helénica à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica do Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinada em Schengen a 19 de Junho de 1990, à qual aderiram a República Italiana pelo Acordo de Adesão assinado em Paris em 27 de Novembro de 1990, o Reino da Espanha e a República Portuguesa pelos Acordos de Adesão assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, a República Helénica subscreve a Acta Final, a Acta e a Declaração Comum dos Ministros e Secretários de Estado assinadas no momento da assinatura da Convenção de 1990.

A República Helénica subscreve as Declarações comuns e toma nota das Declarações unilaterais nelas contidas.

O Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo remeterá ao Governo da República Helénica uma cópia autenticada da Acta Final, da Acta e da Declaração Comum dos Ministros e Secretários de Estado assinadas no momento da assinatura da Convenção de 1990, em língua alemã, espanhola, francesa, italiana, neerlandesa e portuguesa.

Os textos da Acta Final, da Acta e da Declaração Comum dos Ministros e Secretários de Estado assinados no momento da assinatura da Convenção de 1990, redigidos em língua grega, vêm em anexo à presente Acta Final e fazem fé nas mesmas condições que os textos redigidos em língua alemã, espanhola, francesa, italiana, neerlandesa e portuguesa.

II — No momento da assinatura do Acordo de Adesão da República Helénica à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985 entre os Governos dos Estados da União Económica do Benelux, da República Federal da Alemanha e da República Francesa Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns, assinada em Schengen a 19 de Junho de 1990, à qual aderiram a República Italiana pelo Acordo

assinado em Paris a 27 de Novembro de 1990 e o Reino da Espanha e a República Portuguesa pelos Acordos de Adesão assinados em Bona a 25 de Junho de 1991, as Partes Contratantes adoptaram as declarações seguintes:

1 — Declaração Comum relativa ao artigo 6.º do Acordo de Adesão

Os Estados signatários informar-se-ão mutuamente, ainda antes da entrada em vigor do Acordo de Adesão, de todas as circunstâncias relevantes para as matérias abrangidas pela Convenção de 1990 e para a entrada em vigor do Acordo de Adesão.

O presente Acordo de Adesão só entrará em vigor entre os Estados para os quais a Convenção de 1990 tenha entrado em vigor e a República Helénica quando estiverem preenchidas nesses Estados as condições prévias à aplicação da Convenção de 1990 e forem efectivos os controlos nas fronteiras externas.

No que diz respeito aos restantes Estados, o presente Acordo de Adesão só entrará em vigor quando estiverem preenchidas as condições prévias à aplicação da Convenção de 1990 e forem efectivos os controlos nas fronteiras externas.

2 — Declaração Comum relativa ao artigo 9.º, n.º 2, da Convenção de 1990

As Partes Contratantes declaram que, no momento da assinatura do Acordo de Adesão da República Helénica à Convenção de 1990, o regime comum de vistos referido no artigo 9.º, n.º 2, da Convenção de 1990 é o regime comum às Partes Signatárias da citada Convenção aplicado a partir de 19 de Junho de 1990.

3 — Declaração Comum relativa à protecção de dados

As Partes Contratantes tomam nota de que o Governo da República Helénica se compromete a tomar, antes da ratificação do Acordo de Adesão à Convenção de 1990, todas as iniciativas necessárias para que a legislação helénica seja completada em conformidade com a Convenção do Conselho da Europa de 28 de Janeiro de 1981 para a protecção das pessoas face ao tratamento automatizado dos dados pessoais tendo em conta a Recomendação R (87) 15, de 17 de Setembro de 1987, do Comité de Ministros do Conselho da Europa, que tem por objectivo regulamentar a utilização dos dados pessoais no sector da polícia, a fim de dar total cumprimento ao disposto nos artigos 117.º e 126.º da Convenção de 1990 e às restantes disposições da referida Convenção relativas à protecção dos dados pessoais, no sentido de atingir um nível de protecção compatível com as disposições pertinentes da Convenção de 1990.

4 — Declaração Comum relativa ao artigo 41.º da Convenção de 1990

As Partes Contratantes tomam nota de que, dada a situação geográfica da República Helénica, o disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 41.º se opõe à sua aplicação nas relações entre a República Helénica e as outras Partes Contratantes. Por essa razão, a República Helénica não

designou as autoridades na acepção do n.º 7 do artigo 41.º, nem faz qualquer declaração na acepção do n.º 9 do artigo 41.º

Tal procedimento, adoptado pelo Governo Grego, não é contrário ao disposto no artigo 137.º

5 — Declaração Comum relativa ao Monte Athos

Reconhecendo que o estatuto especial de que goza o Monte Athos, tal como consignado no artigo 105.º da Constituição Helénica e na Carta do Monte Athos, se justifica exclusivamente por motivos de natureza espiritual e religiosa, as Partes Contratantes velarão por que na aplicação e elaboração posterior das disposições do Acordo de 1985 e da Convenção de 1990 se atenda a tal especificidade.

III — As Partes Contratantes tomam nota das seguintes declarações da República Helénica:

1 — Declaração da República Helénica relativa aos Acordos de Adesão da República Italiana, do Reino da Espanha e da República Portuguesa.

O Governo da República Helénica toma nota do teor dos Acordos de Adesão da República Italiana, do Reino da Espanha e da República Portuguesa à Convenção de 1990, bem como do teor das Actas Finais e das Declarações anexas aos referidos Acordos.

O Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo remeterá uma cópia autenticada dos instrumentos acima referidos ao Governo da República Helénica.

2 — Declaração da República Helénica relativa à entreajudá judiciária em matéria penal

O Governo da República Helénica compromete-se a tratar os pedidos judiciários que forem feitos pelas outras Partes Contratantes com toda a diligência requerida, incluindo quando estes forem endereçados directamente às autoridades judiciárias gregas segundo o procedimento descrito no artigo 53.º, n.º 1, da Convenção de 1990.

3 — Declaração relativa ao artigo 121.º da Convenção de 1990

O Governo da República Helénica declara que, salvo no que respeita aos frutos frescos de *citrus* e às sementes de algodão e de luzerna, aplicará as simplificações fitossanitárias, a que se refere o artigo 121.º da Convenção de 1990, a partir do momento da assinatura do Acordo de Adesão à Convenção de 1990.

No entanto, no que diz respeito aos frutos frescos de *citrus*, a República Helénica transporá, o mais tardar a 1 de Janeiro de 1993, o disposto no artigo 121.º e as medidas aferentes.

Feito em Madrid, a 6 de Novembro de 1992, em língua alemã, espanhola, francesa, grega, italiana, neerlandesa e portuguesa, fazendo fé qualquer dos sete textos, num único exemplar que será depositado nos arquivos do Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo, o qual remeterá uma cópia autenticada a cada uma das Partes Contratantes.

Pelo Governo do Reino da Bélgica:

της Γερμανίας και της Γαλλικής Δημοκρατίας σχετικά με τη σταδιακή κατάργηση των ελέγχων στα κοινά σύνορα, η οποία υπεγράφη στο Schengen την 19η Ιουνίου 1990 και στην οποία προσεχώρησαν η Ιταλική Δημοκρατία με τη Συμφωνία προσχωρήσεως η οποία υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990, το Βασίλειο της Ισπανίας και η Δημοκρατία της Πορτογαλίας με τις Συμφωνίες προσχωρήσεως που υπεγράφησαν στην Βοκνχ την 25η Ιουνίου 1991, η Ελληνική Δημοκρατία συνυπογράφει την Τελική Πράξη, τα Πρακτικά και την Κοινή Δήλωση των Υπουργών και Υφυπουργών, που υπεγράφησαν κατά την υπογραφή της Συμβάσεως του 1990.

Pelo Governo da República Federal da Alemanha:

Η Ελληνική Δημοκρατία συνυπογράφει τις κοινές δηλώσεις και λαμβάνει υπό σημείωση τις μονομερείς δηλώσεις που περιλαμβάνονται στις ανωτέρω πράξεις.

Η Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου διαβιβάζει στην Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας ακριβές και επικυρωμένο αντίγραφο της Τελικής Πράξεως, των Πρακτικών και της Κοινής Δήλωσης των υπουργών και υφυπουργών, που υπεγράφησαν κατά την υπογραφή της Συμβάσεως του 1990, στην γαλλική, γερμανική, ισπανική, ιταλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα.

Pelo Governo da República Helénica:

Τα κείμενα της Τελικής Πράξεως, των Πρακτικών και της Κοινής Δήλωσης των υπουργών και υφυπουργών, τα οποία υπεγράφησαν κατά την υπογραφή της Συμβάσεως του 1990, στην Ελληνική γλώσσα προσαρτώνται στην παρούσα Τελική Πράξη και είναι εξίσου αυθεντικά με τα κείμενα στην γαλλική, γερμανική, ισπανική, ιταλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα.

Pelo Governo do Reino da Espanha:

Κατά την υπογραφή της Συμφωνίας προσχωρήσεως της Ελληνικής Δημοκρατίας στην Συμβολή Εφαρμογής της Συμφωνίας Schengen της 14ης Ιουνίου 1985 μεταξύ των Κυβερνήσεων των Κρατών της Οικονομικής Ενώσεως Βελγίου, της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας και της Γαλλικής Δημοκρατίας σχετικά με τη σταδιακή κατάργηση των ελέγχων στα κοινά σύνορα, η οποία υπεγράφη στο Schengen την 19η Ιουνίου 1990, στην οποία η Ιταλική Δημοκρατία προσχώρησε με Συμφωνία η οποία υπεγράφη στο Παρίσι την 27η Νοεμβρίου 1990 και το Βασίλειο της Ισπανίας και η Δημοκρατία της Πορτογαλίας με Συμφωνίες προσχωρήσεως οι οποίες υπεγράφησαν στην Βοκνχ την 25η Ιουνίου 1991, τα συμβαλλόμενα μέρη υιοθέτησαν τις ακόλουθες δηλώσεις:

1. Κοινή Δήλωση όσον αφορά το άρθρο 6 της Συμφωνίας προσχωρήσεως

Τα υπογράφοντα κράτη επιβεβαιώνουν αμοιβαία, ήδη πριν από την έναρξη ισχύος της Συμφωνίας προσχωρήσεως, σχετικά με όλες τις περιστάσεις που είναι σημαντικές για τους ταμείς που περιέχονται στη Σύμβαση του 1990 και για την θέση σε ισχύ της Συμφωνίας προσχωρήσεως

Η παρούσα Συμφωνία προσχωρήσεως θα τεθεί σε ισχύ μεταξύ των κρατών έναντι των οποίων έχει αρχίσει να ισχύει η Σύμβαση του 1990 και της Ελληνικής Δημοκρατίας, μόνον όταν θα πληρωθούν στα κράτη αυτά οι προϋποθέσεις που προσπατούνται της εφαρμογής της Συμβάσεως του 1990, οι δε έλεγχοι στα εξωτερικά σύνορα θα είναι στα κράτη αυτά αποτελεσματικοί.

Έναντι των άλλων κρατών, η παρούσα Συμφωνία προσχωρήσεως θα αρχίσει να ισχύει μόνο όταν πληρωθούν οι προϋποθέσεις που προσπατούνται της εφαρμογής της Συμβάσεως του 1990, οι δε έλεγχοι στα εξωτερικά σύνορα θα είναι στα κράτη αυτά αποτελεσματικοί.

Pelo Governo da República Francesa:

2. Κοινή Δήλωση η οποία αφορά το άρθρο 9 παράγραφος 2 της Συμβάσεως του 1990.

Τα συμβαλλόμενα μέρη διευκρινίζουν ότι κατά την υπογραφή της Συμφωνίας προσχωρήσεως της Ελληνικής Δημοκρατίας στην Σύμβαση του 1990, το κοινό καθεστώς θεωρήσεων, στο οποίο αναφέρεται το άρθρο 9, παράγραφος 2 της Συμβάσεως του 1990, συνάδει προς το κοινό καθεστώς των υπογραφόντων μερών της εν λόγω Συμβάσεως που εφαρμόζεται από την 19η Ιουνίου 1990.

3. Κοινή Δήλωση σχετικά με την προστασία δεδομένων.

Τα συμβαλλόμενα μέρη λαμβάνουν γνώση ότι η Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας αναλαμβάνει την υποχρέωση να λάβει πριν από την κύρωση της Συμφωνίας προσχωρήσεως στην Σύμβαση του 1990, όλες τις απαραίτητες πρωτοβουλίες για να συμπληρωθεί η ελληνική νομοθεσία, σύμφωνα με την Σύμβαση του Συμβουλίου της Ευρώπης της 28ης Ιανουαρίου 1981 για την προστασία των ατόμων από την αυτόματη επεξεργασία δεδομένων προσωπικού χαρακτήρα και η προτεινόμενη της συστάσεως R (87) 15 της 17ης Σεπτεμβρίου 1987 της Επιτροπής /Πουργών του Συμβουλίου της Ευρώπης, που αιουκονεί στη ρύθμιση της χρήσεως των δεδομένων προσωπικού χαρακτήρα στον τομέα της Αστυνομίας, ούτως ώστε να υπάρχει πλήρης εφαρμογή των διατάξεων των άρθρων 117 και 126 της Συμβάσεως του 1990 και των άλλων διατάξεων της εν λόγω Συμβάσεως σχετικά με την προστασία των δεδομένων προσωπικού χαρακτήρα, με σκοπό να επιτευχθεί επίπεδο προστασίας σύμμοτο με τις κατάλληλες διατάξεις της Συμβάσεως του 1990.

4. Κοινή δήλωση, η οποία αφορά το άρθρο 41 της Συμβάσεως του 1990.

Τα συμβαλλόμενα μέρη διαπιστώνουν ότι, δεδομένης της γεωγραφικής θέσεως της Ελληνικής Δημοκρατίας, οι διατάξεις της παραγράφου 5 σημείο β του άρθρου 41 αντιτίθενται στην εφαρμογή του άρθρου αυτού κατά τις σχέσεις μεταξύ Ελληνικής Δημοκρατίας και άλλων συμβαλλόμενων μερών. Συνεπώς η Ελληνική Δημοκρατία ούτε έχει ορίσει αρχές κατά την έννοια

ΤΕΛΙΚΗ ΠΡΑΞΗ

1. Κατά την υπογραφή της Συμφωνίας προσχωρήσεως της Ελληνικής Δημοκρατίας στην Σύμβαση εφαρμογής της από 14 Ιουνίου 1985 Συμφωνίας του Schengen μεταξύ των Κυβερνήσεων των Κρατών της Οικονομικής Ενώσεως Βελγίου, της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας

του άρθρου 41 παραγράφος 7 ούτε υφίσταται σε δήλωση κατά την έννοια της παραγράφου 9 του άρθρου 41.

Η διαδικασία αυτή, την οποία ακολουθεί η Ελληνική Κυβέρνηση, δεν αντιβαίνει προς τις διατάξεις του άρθρου 137.

5. Κοινή δήλωση σχετική με το Άγιον Όρος.

Αναγνωρίζοντας ότι το εθνικό κριτήριο του Αγίου Όρους, όπως τα εγγιχίται το άρθρο 105 των Ελληνικών Συντάγματος και ο Χάρτης του Αγίου Όρους δικαιολογείται αποκλειστικά για πνευματικούς και θεολογικούς λόγους, τα συμβαλλόμενα μέρη θα φροντίσουν να λάβουν ταυτο υποψη τους κατά την εφαρμογή και την περαιτέρω επεξεργασία των διατάξεων της Συμφωνίας του 1985 και της Συμβάσεως του 1990.

III. Τα συμβαλλόμενα μέρη λαμβάνουν γνώση των ακόλουθων δηλώσεων της Ελληνικής Δημοκρατίας.

1. Δήλωση της Ελληνικής Δημοκρατίας σχετικά με τις Συμφωνίες Προσχωρήσεως της Ιταλικής Δημοκρατίας, του Βασιλείου της Ισπανίας και της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας.

Η Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας λαμβάνει υπό σημείωση τα περιεχόμενα των Συμφωνιών Προσχωρήσεως της Ιταλικής Δημοκρατίας, του Βασιλείου της Ισπανίας και της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας στην Σύμβαση του 1990 καθώς και το περιεχόμενο των Τελικών Πράξεων και Δηλώσεων που προσαρτώνται στις εν λόγω Συμφωνίες.

Η Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου αποστέλει επικυρωμένο ακριβές αντίγραφο των ανωτέρω εγγράφων στην Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας.

2. Δήλωση της Ελληνικής Δημοκρατίας σχετικά με την δικαστική συνδρομή στον ποινικό τομέα.

Η Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας αντιλαμβάνει την υποχρέωση να χειρίζεται τις δικαστικές απήσεις, οι οποίες της υποβλήθηκαν από τα άλλα συμβαλλόμενα μέρη, με την απαιτούμενη επιμέλεια, ακόμη και αν απευθύνονται απ'ευθείας στις Ελληνικές Δικαστικές Αρχές σύμφωνα με την διαδικασία του άρθρου 53, παράγραφος 1 της Συμβάσεως του 1990.

3. Δήλωση σχετικά με το άρθρο 121 της Συμβάσεως του 1990.

Η Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας δηλώνει ότι θα εφαρμόσει ήδη από την υπογραφή της Συμφωνίας Προσχωρήσεως στην Σύμβαση του 1990 τις φυτολογονομικές ελαφρύνσεις που προβλέπονται στο άρθρο 121 της Συμβάσεως του 1990, εκτός σε ό,τι αφορά τους καρπούς εσπεριδοειδών, τους σπόρους βήτακας και τη μηδική.

Παρά ταύτα, όσον αφορά τους καρπούς εσπεριδοειδών, η Ελληνική Δημοκρατία θα υλοποιήσει τις διατάξεις του άρθρου 121 και τα σχετικά μέτρα το αργότερο την 1.1.1993.

Έγινε στη Μαδρίτη, την 14 Νοεμβρίου 1992, στην γαλλική, γερμανική, ελληνική, ισπανική, ιταλική, ολλανδική και πορτογαλική γλώσσα. Τα επτά κείμενα είναι εξίσου αυθεντικά, στο πρωτότυπο που θα κατατεθεί στα αρχεία της Κυβερνήσεως του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου, το οποίο θα διαβιβάζει ακριβές και επικυρωμένο αντίγραφο σε κάθε συμβαλλόμενο μέρος.

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου του Βελγίου

Για την Κυβέρνηση της Ομοσπονδιακής Δημοκρατίας της Γερμανίας

Για την Κυβέρνηση της Ελληνικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου της Ισπανίας

Για την Κυβέρνηση της Γαλλικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση της Ιταλικής Δημοκρατίας

Για την Κυβέρνηση του Μεγάλου Δουκάτου του Λουξεμβούργου

Για την Κυβέρνηση του Βασιλείου των Κάτω Χωρών

Για την Κυβέρνηση της Δημοκρατίας της Πορτογαλίας

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais

Avlso n.º 161/94

Por ordem superior se torna público que o director dos Assuntos Jurídicos do Conselho da Europa, por notificação de 15 de Abril de 1994, comunicou a entrada em vigor das emendas ao anexo I da Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e do Meio Natural da Europa, aberta à assinatura, em Berna, a 19 de Setembro de 1979.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 31 de Maio de 1994. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Ana Maria da Silva Marques Martinho*.

Avlso n.º 162/94

Por ordem superior se torna público que o director dos Assuntos Jurídicos do Conselho da Europa, por notificação de 6 de Maio de 1994, comunicou que a Finlândia assinou e aceitou, em 28 de Abril de 1994, a Convenção Europeia sobre o Reconhecimento e a Execução das Decisões em Matéria de Guarda de Crianças, aberta à assinatura em 20 de Maio de 1980.

Relativamente a Portugal, a Convenção foi aprovada pelo Decreto n.º 136/82, de 21 de Dezembro, conforme *Diário da República*, n.º 293, de 21 de Dezembro de 1982. O depósito de instrumento de ratificação foi feito em 18 de Março de 1983, segundo aviso publicado no *Diário da República*, n.º 91, de 20 de Abril de 1983.

Direcção-Geral dos Assuntos Multilaterais, 17 de Junho de 1994. — A Directora de Serviços das Organizações Políticas Internacionais, *Ana Maria da Silva Marques Martinho*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 199/94

de 22 de Julho

Pelo Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio, foi criado o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, com vista à erradicação definitiva das barracas existentes nos municípios das referidas áreas metropolitanas.

Passou o referido Programa a permitir a aquisição pelos municípios de fogos para realojamento, nas condições nele previstas, em ordem a constituir uma alternativa equivalente à promoção pelos municípios da referida construção.

Dado que actualmente existem diversos empreendimentos de habitação a custos controlados com fogos por comercializar, designadamente na área metropolitana de Lisboa, justifica-se para o efeito a criação de condições de financiamento excepcionais que possibilitem aos municípios proceder à aquisição dos referidos